

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE LEI Nº 911, DE 2024

Altera a Lei nº 13.260 de 16 de março de 2016, que disciplina o terrorismo, para vedar o financiamento a Estado ou organização internacional suspeita de colaborar com atos terroristas

Autor: Deputado KIM KATAGUIRI

Relatora: Deputada ROSANGELA MORO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 911, de 2024 (PL 911/2024), de autoria do nobre colega Deputado Kim Kataguiiri, propõe a alteração da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (Lei Antiterrorismo), para incluir dispositivo que **veda o financiamento, a doação ou qualquer forma de repasse de recursos a Estados estrangeiros ou organizações internacionais suspeitas de colaborar com atos terroristas.**

Em sua justificção, o Autor, Deputado Kim Kataguiiri, argumenta com maestria que:

“[...] que recursos financeiros representam a força vital para manter os grupos terroristas atuantes e um fator determinante para a amplitude de suas ações. A partir dessa constatação, o controle e monitoramento sobre operações financeiras se intensificou no âmbito da Organização das Nações Unidas e o financiamento ao terrorismo foi incluído como uma das atribuições do Financial Action Task Force (FATF), órgão internacional ligado a ONU, responsável pela identificação e neutralização de ações de lavagem de dinheiro além da fiscalização do fiel cumprimento, pelos Estados-membros, das 40 recomendações elaboradas pelo GAFI/FATF e das nove Recomendações Especiais criadas em 2004.”

A proposição foi apresentada em 21 de março de 2024, e recebeu despacho da Mesa Diretora em 5 de abril de 2024, determinando sua apreciação conclusiva pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN),



Finanças e Tributação (CFT) – inclusive quanto ao mérito e aos aspectos financeiros – e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em regime de tramitação ordinário. Encerrado o prazo de apresentação de emendas, nenhuma foi apresentada.

Em 3 de abril de 2025, fui designada relatora da matéria no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após aprofundamento da matéria por parte do Deputado Coronel Telhada, que, antes de deixar de ser membro deste colegiado, apresentou parecer pela aprovação, não apreciado, porém.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A proposição legislativa em análise se insere no escopo de competência desta Comissão, nos termos do art. 32, inciso XV, alíneas “a” e “f”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que confere à CREDN a atribuição de opinar sobre assuntos relativos às relações exteriores do Brasil, incluindo suas interações com Estados e organizações internacionais.

A aprovação do Projeto de Lei nº 911, de 2024, reveste-se de grande importância diante dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no combate ao financiamento do terrorismo. O país é signatário da **Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo**¹ e membro do **Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI/FATF)**, que estabelece padrões rigorosos de controle de operações financeiras com o objetivo de prevenir a lavagem de dinheiro e o financiamento de atividades terroristas. Ao propor a vedação legal ao repasse de recursos a Estados e organizações internacionais sob suspeita de colaboração com atos terroristas, a presente proposição fortalece a posição do Brasil junto à comunidade internacional e sinaliza seu compromisso com a segurança global.

A proposta também encontra respaldo no texto constitucional. O art. 4º, inciso VIII, da **Constituição Federal** estabelece que a República Federativa do Brasil se rege, nas suas relações internacionais, pelo princípio do **repúdio ao**

¹ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5640.htm Acesso em 25 abr. 2025.



terrorismo. Assim, o Estado brasileiro tem não apenas o dever de combater o terrorismo de forma ativa, mas também de se abster de qualquer conduta que possa, ainda que indiretamente, contribuir para sua prática ou financiamento. O PL 911/2024 caminha nessa direção ao criar um mecanismo jurídico preventivo, que impede o fluxo de recursos para regimes ou entidades suspeitas, reforçando a coerência entre a prática internacional e os valores constitucionais brasileiros.

Em um cenário geopolítico cada vez mais instável, onde organizações terroristas se sofisticam na captação e gestão de recursos, o combate ao financiamento dessas estruturas é uma estratégia tão importante quanto o enfrentamento direto. A própria ONU, **por meio da Resolução 1373/2001² do Conselho de Segurança**, já recomendou a todos os Estados que criminalizem o financiamento ao terrorismo e adotem medidas para bloquear o fluxo de recursos a entidades envolvidas em tais atividades. O PL nº 911/2024 insere-se nesse esforço internacional, oferecendo ao Brasil um instrumento legislativo específico e eficaz para interromper essa cadeia de abastecimento financeiro.

Além disso, observa-se atualmente uma **preocupante aproximação diplomática do governo federal com regimes acusados internacionalmente de patrocinar o terrorismo**, como é o caso do Irã e de grupos e Estados que mantêm ligações ambíguas ou diretas com ações extremistas. Ainda que o Estado brasileiro mantenha relações diplomáticas com todos os países reconhecidos pela ONU, o repasse de recursos, sobretudo financeiros, exige critérios objetivos e responsabilidade legal. Ao impor restrições quando há indícios de colaboração com o terrorismo, a presente proposta não fere o princípio da autodeterminação dos povos, mas assegura que **recursos brasileiros não sejam utilizados para sustentar estruturas criminosas** em conflito com os direitos humanos e a segurança internacional.

Por fim, é preciso reconhecer que a legislação brasileira precisa ser **constantemente atualizada para acompanhar os novos métodos e meios de atuação das redes terroristas**. O PL 911/2024 é um passo essencial nesse processo, pois complementa a Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo) com um dispositivo de proteção financeira que visa sufocar economicamente grupos extremistas. Ao fechar brechas legais e reforçar o controle sobre o destino de recursos, o projeto contribui para

² Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3976.htm Acesso em 21 abr. 2025.



um Brasil mais responsável, alinhado com os valores civilizatórios e com a integridade do sistema internacional de combate ao terrorismo.

Com fundamento nesses argumentos, votamos pela **APROVAÇÃO** do PL 911/2024, pedindo aos demais Pares que nos acompanhem nessa jornada pelo fortalecimento das ferramentas internacionais de combate ao terrorismo.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2025.

Deputada ROSANGELA MORO
Relatora

